

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA MITSUYASSU

A IMPORTÂNCIA DA LEI SARBANES-OXLEY E SUA INFLUÊNCIA NO
CONTROLE INTERNO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

CURITIBA
2015

VANESSA MITSUYASSU

A IMPORTÂNCIA DA LEI SARBANES-OXLEY E SUA INFLUÊNCIA NO
CONTROLE INTERNO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em MBA em Auditoria.

Orientador: Prof. Celso da Rosa Filho

CURITIBA
2015

Dedico esta monografia aos meus pais, por ter me devotado confiança e fé.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e familiares pelo carinho, amor, dedicação, além do apoio físico e moral cedido no decorrer do curso.

Agradeço a Universidade, o corpo docente, administração e direção do curso, e especialmente a grande ajuda do professor Dr. Celso da Rosa Filho, que me orientou e me instruiu na realização desta monografia.

Agradeço aos meus amigos Felipe, Markus, Leonardo, Érica, Márcia, Patrícia, Rafaela, Stephanie e aos demais que direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida acadêmica.

Muito obrigada.

“O conhecimento nos faz responsáveis”

Che Guevara

RESUMO

Mitsuyassu, Vanessa. Os impactos da Lei Sarbanes-Oxley no controle interno das empresas brasileiras. O objetivo do trabalho foi demonstrar a importância da lei Sarbanes-Oxley e sua influência no controle interno das empresas, em especial da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. A relevância do controle interno é fundamental na organização, pois assegura a fidedignidade e integridade dos registros contábeis e o cumprimento das leis e normas aplicáveis para que a empresa atinja suas metas e tenha uma tomada de decisões coerentes com os objetivos da companhia.

A lei Sarbanes-Oxley é considerada uma das mais rígidas regulamentações implementadas e sua aplicabilidade tornou a auditoria das empresas mais rigorosa. Para traçar um paralelo entre a SOX e o controle interno foram evidenciadas as seções 302 e 404.

Palavras-chave: Lei Sarbanes- Oxley, Controle Interno, Auditoria, Empresas de Capital Aberto.

ABSTRACT

Mitsuyassu, Vanessa. The impact of the Sarbanes-Oxley Act in internal control of Brazilian companies. The objective was to demonstrate the importance of the Sarbanes-Oxley Act and its influence on the internal control of companies, especially of Companhia Paranaense de Energia - COPEL. The relevance of internal control is fundamental in the organization, it ensures the reliability and integrity of accounting records and compliance with applicable laws and regulations for the company to reach your goals and have a decision-making consistent with the company's goals. The Sarbanes-Oxley law is considered one of the strictest regulations implemented and its applicability become more rigorous auditing of companies. To draw a parallel between SOX and internal control sections 302 and 404 were found.

Keywords: Sarbanes Oxley, Internal Control, Audit, Public Companies.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CUSTO DO CONTROLE INTERNO	20
TABELA 2 - LEI SARBANES- OXLEY	27
TABELA 3 - LEI SARBANES- OXLEY X LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	28
TABELA 4 – SOX E NORMAS PELA CVM	31
TABELA 5 – EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA NYSE.....	35
TABELA 6 – PRÁTICA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA COPEL.....	38
TABELA 7 – BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - COPEL.....	49
TABELA 8 - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - COPEL.....	50
TABELA 9 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO - COPEL ..	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

CEO – Chief Executive Officer

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CFO – Chief Financial Officer

CMN – Conselho Monetário Nacional

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway

CPA – Contadores Públicos

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão dos Valores Mobiliários

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

SOX – Lei Sarbanes – Oxley

SEC- Securities and Exchange Commission

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivos gerais	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 Justificativa	14
2. CONTROLE INTERNO	15
2.1 Definição	15
2.2 Importância do controle interno	16
2.3 Princípios do controle interno	17
2.3.1 Finalidades do controle interno	18
2.3.2 Tipos de controle interno	19
2.4 Levantamento do sistema de controle interno	19
2.5 Custo de controle interno x benefícios	20
2.5.1 Limitações do controle interno	20
2.6 Modelo de Controle Interno: Committe of Sponsoring Organization of Tradeway Commision - COSO	21
3. AUDITORIA	22
3.1 Auditoria externa	24
3.2 Auditoria interna	25
4. LEI SARBANES-OXLEY	26
4.1 Sarbanes-oxley e o controle interno – seção 302	29
4.2 Seção 404	30
5. METODOLOGIA	32
6. REFERENCIAL TEÓRICO	33
7. CONTROLE INTERNO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL) SEGUNDO A LEI SARBANES-OXLEY	35
7.1 Governança corporativa	38
7.2 Elementos Centrais da Governança Corporativa da Companhia	38

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
9. REFERÊNCIAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

No fim da década de 90 os Estados Unidos apresentavam-se em crise devido ao abalo do mercado de capitais, resultante dos graves escândalos contábeis de grandes companhias norte-americanas como das empresas Enron e a WorldCom.

Desta forma a vulnerabilidade dos sistemas financeiros e contábeis corporativos foi evidente. A dificuldade financeira gerada pela crise de credibilidade presente no mercado de capitais e a desconfiança dos investidores cresceram de tal forma que as autoridades norte-americanas foram unânimes em aprovar a Lei Sarbanes-Oxley.

A lei foi aprovada com o objetivo de aumentar a confiança das demonstrações financeiras e impor uma postura mais ética dos gestores e auditores. O governo norte-americano almejou a redução da assimetria informacional, já que a referida lei, ao avaliar os controles internos da empresa, exige que os administradores atestem a fidedignidade das informações prestadas à Securities and Exchange Commission – SEC (o que dificulta que informações falsas ou omissões venham a ocorrer), além de prever sanções penais caso venha a ser descumprida. Ainda estabelece que a empresa de auditoria independente fica proibida de prestar serviços de consultoria à empresa auditada, justamente para manter a independência (SARBANES-OXLEY ACT, 2002).

Segundo Adriano Gomes da Silva e Antônio Robles Junior na Revista de Contabilidade e Finanças da USP, a Sarbanes-Oxley é tida como a mais importante legislação desde a quebra da bolsa de valores em Nova York, em 1929, e dos atos expedidos pela Securities and Exchange Commission (SEC), a comissão de valores mobiliários estadunidense, em 1933 e 1934.

Ainda de acordo com Marcelle Colares de Oliveira e Juliana e Silva Linhares no artigo A implantação de controle adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – Um estudo de caso – os destaques da SOX é sua aplicabilidade às empresas estrangeiras que possuam valores mobiliários registrados na SEC - Securities and Exchange Depositary Receipts – certificado de depósitos admitidos à negociação na bolsa de valores norte-americanas, evitando a incidência de novos erros. Desde então criou-se um novo ambiente de governança

corporativa, o que gerou um conjunto de novas responsabilidades e sanções aos administradores para evitar as temidas fraudes.

No Brasil existem mais de 36 empresas brasileiras com registro na SEC e tem suas ações cotadas na Bolsa norte-americana, além de outras que planejam o registro para os próximos anos. As empresas mencionadas são: Ambev, Aracruz, Bradesco, BR Telecom, Braskem, CBD, CEMIG, COPEL, CPFL, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Embraer, Gafisa, Gerdau, Gol, Itaú, Cosan, Perdigão, Petrobrás, Sabesp, Sadia, TAM, Tele N.L. Cel, Tele N. Leste, Telebrás, Telemig, Telepar (BRT), Telesp, TIM, Ultrapar, Unibanco, Vivo e VCP.

O referido estudo trata de uma pesquisa exploratória com o propósito de apresentar esta nova legislação, assunto ainda pouco discutido no Brasil, embora todas as empresas brasileiras com ações negociadas na bolsa norte-americanas já tenham iniciado o processo de adequação a lei. Também foi considerada uma das mais rigorosas regulamentações ao se tratar de controles internos, elaboração de relatórios financeiros e divulgação, já aplicada pelas companhias abertas norte-americanas, expandindo-se ainda a todas as empresas estrangeiras com ações negociadas no mercado norte-americano.

O objetivo da dissertação é avaliar a importância da Lei Sarbanes-Oxley no controle interno da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Para o alcance do objetivo foi utilizado balanço contábil/fiscal da empresa para entendimento das principais contas a serem auditadas afim de verificar os lançamentos contábeis, além dos dados do controle interno da empresa referentes aos anos 2013 e 2014.

1.1 Problema

Os problemas de Controle Interno encontram-se, na empresa em todos os seus setores: vendas, fabricação, compras, desenvolvimento, tesouraria, etc. O exercício de um adequado controle interno na ótica da lei Sarbanes-Oxley sobre cada uma dessas áreas assume uma importância crucial para que se atinjam os resultados mais satisfatórios com menos desperdícios.

Dessa forma, argumenta-se: Qual a importância da lei Sarbanes-Oxley no controle interno da empresa, no caso, da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e como aquela pode cooperar para o aperfeiçoamento da organização examinada?

1.2 Objetivos

Os objetivos do referido estudo estão divididos em Objetivos Gerais e Objetivos Específicos.

1.2.1 Objetivos Gerais

O objetivo da monografia é analisar a importância da lei Sarbanes-Oxley e sua relação com o controle interno da empresa brasileira COPEL, identificando se houve falhas e melhorias.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- Apresentar a lei expondo seções relacionadas ao controle interno (seção 302 e a seção 404).
- Definir de forma análoga as normas da lei Sarbanes-Oxley e o que o Conselho dos Valores Mobiliários (CVM) dispõem para empresas no Brasil.

- Traçar um paralelo no controle interno e na Auditoria.
- Investigar a aplicabilidade da SOX na empresa brasileira do setor elétrico – COPEL e avaliar se o controle interno foi eficiente.

1.3 Justificativa

Os fatores que nortearam a escolha do tema é a importância que a lei estudada oferece peremptoriamente ao controle interno da empresa brasileira. Argumentos em exemplos práticos serão utilizados para contribuição da questão teórica ou prática e isso será possível por meio da acessibilidade aos dados.

Logo após o período de grandes escândalos que envolveram grandes companhias norte-americanas vivenciamos o apogeu da influência dos controles internos nas empresas, o advento da Sarbanes-Oxley e a relação destas com a auditoria.

Almeida (1996) relata que o “controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na conduta ordenada nos negócios das empresas”. Desse modo é importante que as normas e os procedimentos de uma empresa sejam elaborados de maneira correta para que os funcionários tenham um direcionamento adequado. Por conseguinte é indispensável a figura do auditor para a assistência nos processos da empresa. Logo, é possível perceber que a auditoria é intrínseca ao controle interno e as leis estabelecidas pela Sarbanes-Oxley.

A pesquisa é relevante para comprovar que a gestão de um bom controle interno e a obediência da Sarbanes-Oxley torna as organizações mais eficientes, minimizando erros ou perdas do seu patrimônio e contribuindo para a maximização dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto do setor elétrico, no caso a Companhia Paranaense de Energia.

2.CONTROLE INTERNO

2.1 Definição

Segundo Attie (2011), o comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, Estados Unidos, afirma:

“O controle interno compreende o plano da organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

Quanto às seções da lei Sarbanes-Oxley relacionadas ao Controle Interno, grande parte das discussões concentram-se nas seções que tratam especificamente: das responsabilidades dos diretores executivos e financeiros para com a fidelidade dos números nas demonstrações financeiras (seção 302) e avaliações dos controles e procedimentos internos para a emissão dos relatórios financeiros e das multas e penalidades aplicadas àqueles que cometerem fraudes (seção 404).

As penalidades pelo descumprimento da SOX são: pela certificação de qualquer demonstrativo em desacordo com as exigências estipuladas: U\$ 1.000.000 ou a reclusão por 10 anos, ou ambos e pela certificação, intencional, de qualquer demonstrativo em desacordo com as exigências estipuladas: U\$ 5.000.000 ou a reclusão por 20 anos, ou ambos.

O Controle interno pode ser definido como processos executados para fornecer segurança razoável em relação ao cumprimento dos objetivos da empresa, quanto à eficiência e eficácia nas operações, integridade dos relatórios financeiros e cumprimento às leis e normas aplicáveis, com a finalidade de evitar desperdícios, fraudes, erros involuntários que resultam a perda do patrimônio. Para que o controle interno funcione corretamente, não depende apenas do planejamento efetivo da empresa e da eficiência dos procedimentos e práticas instituídas, mas também da competência de todo pessoal envolvido para levar adiante, de forma eficiente e econômica os procedimentos prescritos.

Para TREVISAN (apud AICPA, 1996, p.51) define-se controle interno como:

“controle interno é o plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados dentro da empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e confiabilidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e fomentar o respeito e obediência às políticas administrativas fixadas pela gestão”.

Attie (2011) afirma que um sistema de controle interno implica que os funcionários tenham liberdade de atuação na execução de seus compromissos para buscar melhor resultados. Contudo para evitar que esses funcionários exorbitem suas funções e possam tirar benefícios em seu próprio proveito e causarem, deste modo prejuízos a entidade social, por erros intencionais ou dolosos, um adequado sistema de controle interno limita a prática desses atos e possibilita que estes não permaneçam arquivados em definitivo. Todas as empresas possuem controles internos. A diferença básica é que estes podem ser adequados ou não. O controle interno previne que funcionários possam cair em tentação dado a possíveis problemas pessoais ou financeiros e incorrer em atos ilícitos.

2.2 Importância do Controle Interno

Conforme Attie (2011), a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informação proposto. A confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo que transforma simples dados em informações a partir das quais os empresários, utilizando-se de sua experiência administrativa, tomam decisões com vistas ao objetivo comum da empresa, assume vital importância.

O mesmo autor destacou a importância do controle interno ao afirmar que é impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

A confiança dos resultados gerados por esse fluxo que transforma simples dados em informações a partir dos quais os empresários, utilizando-se de sua experiência administrativa, tomam decisões com vistas no objetivo comum da empresa, assume vital importância.

Todas empresas possuem controles internos, porém a questão é: estas são

adequadas ou não? A classificação pode ser dada analisando-se a eficiência dos fluxos de operações e informações e os seus custos/benefícios.

2.3 Princípios do Controle Interno

Domingos Poubel de Castro (2008) afirma que o controle interno está intimamente ligado a dois fatores básicos: responsabilidade do administrador e risco para o patrimônio da entidade, sendo estes os principais vetores da valorização do controle interno. Desse modo, as estruturas, normas e processos administrativos que envolvem toda e qualquer ação devem respeitar os princípios básicos, dentre as quais:

a) Fixação de responsabilidades: na estrutura de controles internos, deve haver clara delimitação de responsabilidades, para evitar o comprometimento de sua eficiência;

b) Segregação de funções: também conhecida como Princípio da Oposição de Interesse, consiste no fato de que, numa estrutura de controles internos, a pessoa que realiza uma operação não pode ser a mesma envolvida na função do registro;

c) Ciclo de uma transação: preconiza que uma só pessoa não deve realizar todas as fases de uma transação, quer seja funcionário ou administrador;

d) O pessoal do controle deve ser criteriosamente selecionado: para contratação de funcionários, para cargos de controle, torna-se necessário que seu passado seja investigado e as referências, conferidas;

e) Rodízio de pessoal: a entidade deve promover, periodicamente, o rodízio de servidores, visando, inclusive, permitir que cada um possa ser capaz de desenvolver novas tarefas. Isso impede a existência de servidores imprescindíveis, traz motivação ao pessoal e aumenta a segurança do sistema de controles;

f) As tarefas devem ser previstas em manuais operacionais e utilização de processamento eletrônico: as instruções inerentes ao desempenho funcional da estrutura devem ser escritas em manual de organização, a fim de evitarem a ocorrência de erros e aumentar a eficiência operacional;

g) Utilização de processamento eletrônico: sempre que possível, a entidade deve adotar processo eletrônico para registrar as operações. Este procedimento

aumenta a eficiência operacional dos controles internos, evita erros e dificulta fraudes.

2.3.1 Finalidades do Controle Interno

Ainda de acordo com Domingos Poubel de Castro (2008) as finalidades do controle interno são:

- a) Segurança do Ato Praticado e obtenção da informação adequada: Todo gestor deve ter cautela, para que os atos praticados e sujeitos a julgamento externo estejam cobertos por controles prévios seguros, suportados por documentos que os comprovem, dentro da legislação pertinente e com responsabilidade definida.

As informações sustentadas pelo controle interno dizem respeito tanto aos atos praticados como impacto nos resultados. O importante para o administrador que decide e responde pela decisão tomada é que o controle interno lhe ofereça segurança na decisão (controle prévio). No tocante às informações contábeis, estas devem ser adequadas tanto para o usuário interno quanto para o externo.

- b) Promover a eficiência operacional da entidade: O estímulo à eficiência operacional consiste em prover os meios necessários à execução das tarefas, para obter o desempenho operacional satisfatório da entidade, existindo ainda diversas formas de promover a eficiência: seleção de pessoal qualificado, treinamentos, plano de carreira, relatórios de desempenho, normas, instruções formais e tantas outras que o gestor poderá utilizar, para incrementar e estimular o desenvolvimento das operações.
- c) Estimular a obediência e o respeito às políticas traçadas: O objetivo é assegurar que os propósitos da administração, estabelecidos por meio de suas políticas e procedimentos, sejam adequadamente seguidos pelos servidores.
- d) Proteger os ativos: Os ativos devem ser resguardados de qualquer situação indesejável. Compreende-se, neste caso, que a proteção dos ativos na área privada, constitui uma das ações principais da administração, além da proteção contra erros involuntários (não intencionais) ou irregularidades

intencionais, como: erros provenientes de cálculos incorretos, contabilização inadequada, realização de procedimentos indevidos ou sua omissão.

e) Inibir a corrupção: Há preocupação em se criar controles internos como forma de inibição da corrupção ou mesmo de apuração mais rápida dos desvios.

2.3.2 Tipos de Controle Interno

Os mecanismos de controle interno se dividem em contábeis e administrativos, sendo eles, conforme Attie (2011):

- Controles contábeis: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente incluem aos seguintes controles, sistemas de autorização e aprovação; separação das funções de escrituração e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas às operações ou custódia dos valores; e controles físicos sobre esses valores;

- Controles administrativos: compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. Com frequência abrangem análises estratégicas, estudos de tempos e movimentos, relatórios de desempenho, programas de treinamento e controles de qualidade.

2.4 Levantamento do Sistema de Controle Interno

As informações sobre o sistema de controle interno são obtidas das seguintes formas:

- Leitura de manuais internos de organização e procedimentos;
- Conversa com funcionários da empresa;
- Inspeção física desde o início da operação (compra, venda, pagamentos, etc.) até o registro no razão geral.

2.5 Custos do controle interno x benefícios

Almeida (1996) admite que o custo do controle interno não pode ser maior que os benefícios que se espera angariar. Desse modo, os controles mais sofisticados (geralmente mais caros) devem ser estabelecidos para transações relevantes e os controles menos rígidos devem ser implantados para transações menos importantes. Assim, temos:

TABELA 1 – Custo do Controle Interno

VALOR	PROCEDIMENTOS
Até 1 salário mínimo	Não necessita de licitação.
De 2 a 10 salários mínimos	Licitação por telefone com no mínimo 2 fornecedores.
Acima de 11 salários mínimos	Licitação por meio de formulário próprio com no mínimo 3 fornecedores.

Fonte: Almeida (1996)

2.5.1 Limitações do Controle Interno

Para Almeida (1996) as limitações do controle interno são principalmente em relação a:

- Conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- Os funcionários não são adequadamente instruídos com relação às normas internas.
- Funcionários negligentes na execução de suas tarefas diárias.

Devido aos pontos relatados, mesmo no caso de a empresa ter um excelente sistema de controle interno, o auditor externo deve executar procedimentos mínimos de auditoria.

Decorrente dos pontos acima relatados, mesmo que a empresa tenha um ótimo controle interno, o auditor externo deve executar procedimentos mínimos de auditoria.

2.6 Modelo de Controle Interno: Committe of Sponsoring Organization of Tradeway Commision - COSO

O Committe of Sponsoring Organization of Tradeway Commision – COSO é uma iniciativa conjunta de cinco organizações do setor privado cotados e é dedicado a fornecer liderança de pensamento através do desenvolvimento de quadros e orientações sobre gerenciamento de riscos corporativos, controles internos e de dissuasão de fraude concebido para melhorar o desempenho organizacional e de governança e reduzir a dimensão de fraude nas organizações.

Em 1985 foi criado a Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros, uma iniciativa independente, para estudar as causas da ocorrência de fraudes em relatórios financeiros contábeis.

Em 1992, publicaram o trabalho Internal Control – Integrated Framework (Controles Internos – Um modelo Integrado). Esta publicação tornou-se referência mundial para o estudo e aplicação dos controles internos. A Comissão retratada posteriormente tornou-se um comitê, que passou a se chamar COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway, uma organização sem fins lucrativos dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa. Foi fundada conjuntamente por cinco grandes associações profissionais com sede nos Estados Unidos: a American Accounting Association (AAA), o Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA), Financial Executives International (FEI), The Institute of Internal Auditors (IIA), e da Associação Nacional de Contabilistas (agora o Institute of Management Accountants [(IMA])).

O objetivo da COSO é fornecer liderança de pensamento, lidar com três temas inter-relacionados: gestão de risco empresarial (ERM), controle interno e dissuasão de fraude.

3. AUDITORIA

A auditoria surgiu da necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas e simultâneo desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação de capital de muitas empresas.

Attie (2011) consta que auditoria é uma especialização contábil que visa à eficiência e eficácia do controle patrimonial com o intuito de expressar um parecer sobre determinado dado, através da verificação documental, livros e registros com características controladoras, obtenção de evidência de informações de caráter interno ou externo que se relacionam como o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes.

Os autores Gramling ,Rittenberg e Johnstone a definem como:

Um processo que pode ser aplicado em muitas situações distintas, incluindo avaliação da eficiência e eficácia de um processo ou de um departamento, os relatórios financeiros de um órgão público, ou a obediência a normas operacionais de uma empresa ou à regulamentação governamental.

(GRAMLING; RITTENBERG; JOHNSTONE, 2012, p.6)

A evolução da auditoria no Brasil culminou com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que os investimentos também internacionais foram implantados e tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações determinou que companhias abertas, além de observarem as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão. (Attie, 2012, p.9)

Para os efeitos dessa lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão. Somente os valores mobiliários de companhia registrada na CVM podem ser distribuídos no mercado e negociado na bolsa ou no mercado de balcão.

A definição de companhia aberta adotada mais ampla que o conceito fiscal de sociedade de capital aberto, pois toda companhia que faz apelo, por mínimo que seja, à poupança pública, cria, ao ingressar no mercado de capitais, relações que inexistem na companhia fechada e que exigem disciplina própria para proteção da economia popular e no interesse do funcionamento regular e do desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

A Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, criou a Comissão dos Valores Mobiliários e estabeleceu a disciplina e fiscalização para atividades de auditoria das companhias abertas, dando à referida Comissão atribuição de examinar a seu critério os registros contábeis, livros ou documentos dos auditores independentes. Segundo a lei, somente as empresas de auditoria contábil ou os auditores contábeis independentes registrados na CVM poderão auditar as demonstrações contábeis de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação dos valores mobiliários. As empresas de auditoria contábil e os auditores independentes respondem, civilmente, pelos prejuízos que causarem a terceiros em virtude de culpa ou dolo no exercício de suas funções.

Auditoria, seja ela interna ou externa, é uma especialização contábil e os principais órgãos relacionados com os auditores são:

a) Comissão de Valores Monetários (CVM): que funciona como um órgão fiscalizador do mercado de capitais. Ela foi criada através da Lei nº 6.385/76 como uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda. A CVM estabelece regras para os auditores independentes, bem como normas de contabilidade.

b) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon): foi fundado no ano de 1971 e é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Tem como principais objetivos determinar princípios de contabilidade, elaborar normas e procedimentos relacionados à auditoria interna, externa e perícia contábil.

c) Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs): foram criados pelo Decreto Lei nº 9.295/46. Ambos representam a classe dos contadores e a finalidade principal é o registro e fiscalização do exercício da profissão de contabilista.

d) Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra): fundado em 1960 é uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos. O principal objetivo desta

sociedade é promover o desenvolvimento da auditoria interna, mediante reuniões, congressos, publicações de livros, entre outros.

3.1 Auditoria Externa

Os motivos que levam uma empresa a contratar um auditor externo ou independente são devidos a: obrigação legal para companhias abertas e quase todas as entidades integrantes do SFN, como medida de controle interno tomada pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa; imposição de um banco para ceder empréstimo; imposição de um fornecedor para financiar a compra de matéria-prima, a finalidade de atender às exigências do próprio estatuto ou contrato social da companhia ou empresa; para efeito de compra, fusão, cisão e incorporação da empresa e para fins de consolidação das demonstrações contábeis.

Segundo Franco e Marra (1992, pg.174) auditoria externa é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo empregatício com a entidade auditada, e que poderá ser contratado para auditoria permanente ou eventual. Atendendo ao fim a que se destina a auditoria, o auditor independente poderá realiza-la com seus próprios métodos e conveniências, desde que obedeça as normas usuais de auditoria e obtenha os elementos de convicção com os quais possa dar parecer sobre a matéria investigada.

Auditoria externa possui maior grau de independência; executa apenas a auditoria contábil e o principal objetivo da auditoria externa é a emissão de um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações de recursos da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior, há menor volume de testes, já que o auditor externo está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Almeida (1996) elucida que o papel do auditor independente executa os seguintes passos na avaliação do controle interno:

- Levanta o sistema de controle interno
- Verifica se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática;

- Avalia a possibilidade do sistema revelar de imediato erros e irregularidades;
- Determina tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.

3.2 Auditoria Interna

Para que um excelente sistema de controle interno seja implantado é necessário a verificação periódica dos funcionários para observar se estes estão cumprindo o que foi determinado pelo sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias. Os objetivos da auditoria interna são:

- Verificar se as normas internas estão sendo seguidas;
- Avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes.

Assim a auditoria interna é exercida por funcionários em caráter permanente segundo resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional se aplicando a empresas de grande porte. Nota-se que o foco da auditoria interna é um dos objetivos da lei Sarbanes-Oxley é o fortalecimento do controle interno e da transparência de dados por parte da empresa.

4. LEI SARBANES-OXLEY

Após os escândalos de grandes corporações como a Enron, WorldCom, e a Tyco, que trouxeram inúmeros prejuízos e abalaram a confiança dos investidores norte-americanos foi criado pelo senador Paul Sarbanes e pelo deputado Michael Oxley e sancionada em julho de 2002 pelo presidente George W. Bush, a lei Sarbanes-Oxley, também conhecida como *Public Company Accounting Reform and Investor Protection Act of 2002*, que apresentou várias reformas com objetivo de forçar a prática da governança corporativa nas organizações, bem como a divulgação e controle sobre práticas contábeis a serem praticadas.

De acordo com Silva e Robles em um artigo publicado na revista de Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo, as principais medidas relacionadas pela SOX são:

- i) Criação da *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) conselho não governamental e independente, encarregado de inspecionar as empresas de auditoria a fim de proteger os interesses dos investidores e promover a confiança pública nos relatórios dos auditores.
- ii) Exigência de um novo patamar de governança corporativa, de estruturação de controles internos e de gestão de riscos corporativos. Nesse sentido as empresas devem implementar controles internos eficazes para todos os processos de negócio e realizar testes sobre a efetividade desses controles, de modo a assegurar que os dados relativos e tais processos estão corretamente apresentados e mensurados nas demonstrações financeiras. Relatórios sobre a efetividade dos controles internos das companhias deverão ser divulgados em conjunto com as demonstrações financeiras anuais. Também é exigido um comitê de Auditoria composto por membros independentes.
- iii) Adoção de procedimentos de prevenção e de detecção de fraudes por parte das companhias.
- iv) O estabelecimento de punições criminais e pecuniárias para os *Chiefs Executive Officers* (CEOs) e *Chief Financial Officers* (CFOs). Esses executivos são responsáveis pela integridade e fidedignidade das demonstrações financeiras e, caso falhem em sua certificação anual, podem estar sujeitos a multas que podem chegar a US\$ 5 milhões e à prisão de até 20 anos.

v) Alteração nas formas de se auditar as companhias. A Sox, em seu segundo capítulo destaca, exclusivamente, à regulamentação dos auditores independentes e discorre, principalmente, sobre:

- Proibição de prestação de determinados serviços pelos auditores a seus clientes;
- Pré-aprovação da contratação do auditor pelo Comitê de Auditoria do cliente;
- Relacionamento do auditor independente com o Comitê de Auditoria;
- Conflitos de interesse na contratação de pessoal proveniente de empresas de auditoria.

TABELA 2 – Lei Sarbanes-Oxley

Capítulo	Título	Artigos
I	Conselho de fiscalização das normas públicas de contabilização das empresas – PCAOB	101 a 109
II	Independência dos Auditores Independentes	201 a 209
III	Responsabilidade das empresas	301 a 308
IV	Ampliação de divulgações financeiras	401 a 409
V	Conflito de interesses dos analistas	501
VI	Recursos e poderes das comissões	601 a 604
VII	Estudos e relatórios	701 a 705
VIII	Responsabilidade Criminal e fraudes	801 a 807
IX	Penas para crimes de colarinho branco	901 a 906
X	Restituição de impostos	1.001
XI	Fraude dentro do âmbito empresarial e na sua contabilidade	1.101 a 1.107

Capítulos da SOX
Fonte: Peters, 2007

Muito justificadamente, grande parte da discussão – e das incertezas – em torno da Lei Sarbanes-Oxley está centrada nas Seções 302 e 404. Estas seções tratam especificamente do controle interno.

Há uma comparação entre a SOX e a legislação brasileira, que logo adiante será apresentada.

TABELA 3 - Lei Sarbanes-Oxley x Legislação do Brasil

Lei Sarbanes-Oxley	Brasil
O auditor independente não pode prestar serviço de consultoria à empresa que ele está auditando. (Seção 101)	As empresas de auditoria não podem prestar serviço de consultoria ou outros serviços que possam caracterizar a perda de sua objetividade e independência. (IN. – CVM 308/99)
Proíbe direta ou indiretamente, inclusive por intermédio de subsidiárias, a oferta, manutenção, ampliação ou renovação de empréstimos entre a empresa e quaisquer conselheiros ou diretores (Seção 402).	Não existe a proibição de empréstimos.
Exige padrões de conduta e maior responsabilidade dos advogados. Qualquer irregularidade legal cometida pelos clientes o advogado deverá comunicar tal irregularidade ao Comitê de Auditoria. (Seção 307).	Não existe obrigatoriedade deste relato.
Os diretores executivos e os diretores financeiros devem emitir relatórios trimestrais contendo a certificação de que eles executaram a avaliação da eficácia dos controles. (Seção 302).	Trimestralmente, em conjunto com as demonstrações financeiras a companhia deve divulgar relatório preparado pela administração com a discussão e análise dos fatores que influenciaram preponderantemente o resultado, indicando os principais fatores de risco a que está sujeita a companhia, internos e externos. (Cartilha Governança Corporativa – CVM).
Caso a empresa apresente erros nos demonstrativos contábeis e tenham que republicá-los gerando prejuízos para a empresa, Diretor Financeiro e o Presidente terão que devolver qualquer bônus e até mesmo participação dos lucros que eles tenham recebido (Seção 304).	Não existe obrigatoriedade deste relato.
O presidente e os diretores financeiros da companhia devem divulgar um relatório sobre a efetividade dos controles internos e a elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com os relatórios anuais (Seção 404).	Não existe obrigatoriedade deste relato.
A pena para presidentes e diretores financeiros que omitirem informações falsas pode variar de 10 a 20 anos de prisão e altas multas. (Seção 802).	Os administradores respondem civilmente pelos prejuízos que causar à companhia quando ultrapassassem os atos regulares de gestão ou quando procederem, dentro de suas atribuições e poderes, com culpa ou dolo.
Exige que papéis e e-mails dos principais documentos relacionados à auditoria dos resultados mantidos por 5 anos e determina pena de 10 anos por destruir tais documentos. (Seção 802).	O auditor para fins de fiscalização do exercício profissional, deve conservar em boa guarda toda a correspondência, relatórios, pareceres e demais documentos relacionados com a auditoria pelo prazo de 5 anos, a contar da data da emissão do parecer.(NBC P1 – resolução 821/97).
Determina a comissão do comitê de auditoria composto por membros independentes que deverão supervisionar os processos de elaboração, divulgação e auditoria das demonstrações financeiras. (Seção 301).	Não é obrigatória a criação do comitê de auditoria, a SEC permitiu que empresas brasileiras pudessem substituí-lo pelo Conselho Fiscal ou Conselho de Administração.
Na composição do Comitê de Auditoria é exigido que pelo menos um dos membros seja um	O Conselho de Administração (que substitui o Comitê de Auditoria) deve ter pelo menos dois

especialista financeiro. (Seção 407).	membros com experiência em finanças. (Cartilha Governança Corporativa – CVM).
O controle interno é um dos itens exigidos com bastante rigor pela Lei Sarbanes-Oxley. Esta determina que o presidente e o diretor financeiro devem estabelecer e manter o controle interno da empresa.(Seção 302).	O sistema contábil de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade, porém o auditor deve efetuar sugestões objetivas para o seu aprimoramento, decorrentes de constatações feitas no decorrer do trabalho. (NBC T 11- resolução 820/97).
Obriga o rodízio periódico dos sócios da empresa de auditoria. (Seção 203).	As empresas devem fazer um rodízio das empresas de auditoria a cada 5 anos.
Proíbe o auditor de prestar serviços considerados fora do âmbito de prática do auditor como: serviços atuariais, funções de administração ou recursos humanos, serviços relativos aos registros contábeis ou demonstrações financeiras. (Seção 201).	Não existe obrigatoriedade deste relato.
Deverá adotar um código de ética para administradores financeiros seniores. (Seção 406).	Não existe obrigatoriedade deste relato.

Fonte: SANTOS; LEMES, 2004, p.9-11.

4.1 Lei Sarbanes- Oxley e o Controle Interno – Seção 302

Intitulada “Corporate Responsibility for Financial Reports”, também conhecida como “Certificações”, estabelece que o presidente e o diretor financeiro devem assumir pessoalmente a responsabilidade pela autenticidade das demonstrações financeiras. Além disso, são responsáveis pelo estabelecimento e manutenção do controle interno da empresa.

Tratam de certificações dos relatórios anuais contendo as demonstrações financeiras, pelos administradores, sob responsabilidade civil e criminal.

A seção 302 exige que o CEO e o CFO se posicionem a cada relatório trimestral ou anual. Os executivos devem declarar que a companhia estabeleceu e manteve controles e procedimentos de divulgação suficientes para assegurar que as informações financeiras requeridas pelos relatórios da SEC são armazenadas, processadas e divulgadas dentro das datas específicas. Os controles e procedimentos de divulgação incluem os controles internos sobre os relatórios financeiros, porém são bem mais amplos, afetando outras informações não financeiras cujas divulgações são exigidas pela SEC, como por exemplo: volume de vendas em unidades por região, aumento do custo da matéria-prima, resumo dos processos relevantes das quais a companhia é ré, dentre outras.

Após a companhia finalizar seu relatório de divulgação de acordo com a

seção 404 (o que ocorrerá para empresas brasileiras a partir do exercício fiscal de 2006), a seção 302 exige que os executivos certificados declarem que eles são responsáveis por estabelecer e manter controles internos sobre os relatórios financeiros e que tal controle interno objetiva oferecer razoável segurança quanto a integridade das informações presentes nos relatórios financeiros, e que estas estejam de acordo com os US-GAAP United States General Accepted Accounting Principles 12.

Somado a isso deve ser divulgada qualquer mudança relevante nos controles internos sobre os relatórios financeiros no último trimestre ou ano.

4.2 Seção 404

Segundo informações da KPMG, a administração é responsável pelo cumprimento das disposições da SOX, consultando seus advogados, auditores e outros profissionais que julgarem necessários com o objetivo de satisfazer essas obrigações. Expõem que deve ser feitos uma avaliação anual de todos os controles e procedimentos internos para que sejam emitidos os relatórios financeiros. Além disso, o auditor externo deve emitir um relatório onde o mesmo atesta a veracidade do controle interno.

Desse modo, uma norma efetiva nos controles internos é amplo e envolve pessoas em todas as categorias da organização, sendo influenciado diretamente pela alta administração afim de assegurar que a operação da companhia esteja de acordo com as estratégias definidas. A alta administração deve avaliar a eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros e reportar sua conclusão ao público.

Segundo Deloitte Touche Tohmatsu no Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos - As companhias que se negam a instituir os controles exigidos podem se colocar em situações similares àquelas que levaram à promulgação da Lei Sarbanes-Oxley, o que acarretará: maior exposição à fraude; penalidades impostas pela SEC; publicidade desfavorável; impacto negativo sobre o valor do acionista; queixas ou outras ações judiciais impetradas por acionistas.

A seguir a comparação entre a SOX e as Normas Editadas pela Comissão

dos Valores Mobiliários - CVM e Conselho Federal de Contabilidade.

TABELA 4 - Comparação entre a SOX e as normas editadas pela CVM

SARBANES-OXLEY	Consequência jurídica no Brasil
Certificação pelo presidente da empresa (CEO) e pelo diretor financeiro (CFO) dos relatórios anuais.	Administradores e controladores devem assinar os balanços. Os administradores assumem as responsabilidades pela decisão das declarações.
Todas as empresas deverão ter comitês de auditoria formados apenas por membros independentes. Para as empresas estrangeiras, a SEC permite que o conselho fiscal substitua o comitê de auditoria.	Não há exigência para formação de comitês de auditoria, apenas uma recomendação da CVM na cartilha de governança corporativa. Existem os conselhos fiscais, cujos membros não pertencem necessariamente ao conselho de administração e não precisam ser independentes.
Empresas estarão proibidas de conceder empréstimos a executivos.	Não há proibição de empréstimos para conselheiros e auditores, se contratados a taxas de mercado.
Controles internos deverão ser julgados em relatórios específicos, junto com relatórios anuais.	Não há previsão para divulgação de controles internos.
Empresas terão de informar se adotaram ou não um código de ética para administradores financeiros seniores. Caso não, deverão explicar por quê.	A formulação de códigos de ética não é obrigatória.
Auditores de empresas abertas não poderão fornecer empresas de consultoria e outros serviços proibidos pela legislação às empresas por ele auditadas.	A CVM estabelece que auditores não podem oferecer serviços que prejudiquem a objetividade e a independência da atividade e auditoria.
Empresas serão obrigadas a revezar o sócio-auditor a cada cinco anos.	Empresas são obrigadas a revezar as empresas de auditoria a cada cinco anos.
Advogados que venham a saber de uma violação legal por parte de seus clientes terão de relatar o ocorrido ao diretor jurídico, CEO e ao comitê de auditoria ou outros conselheiros.	Não há previsão legal da obrigatoriedade do relato.

Fonte: CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues; Auditoria e Governança Corporativa. Curitiba; IESDE Brasil S.A., 2011, p. 164.

5. METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa consistirá numa revisão bibliográfica do referido tema, com consultas em artigos, trabalhos monográficos, livros e sites pela internet.

A análise é qualitativa, que de acordo com (SAMPIERI, COLLADO & LÚCIO, 2006, p.5) se articula através do “uso de coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação” com o intuito de fornecer uma explicação para o cerne da questão.

Como sintetizam Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 15)

“A pesquisa qualitativa dá profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas. Também oferece um ponto de vista ‘recente, natural e holístico’ dos fenômenos, assim como flexibilidade”.

Como metodologia foi utilizado o método científico da pesquisa exploratória que é desenvolvida afim de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Desse modo, foi realizada uma revisão da literatura disponível sobre o assunto, principalmente com material encontrados na web.

A coleta de dados será realizada através dos relatórios de controle interno das empresas das empresas brasileiras no ramo da energia elétrica, sendo companhias de capital aberto negociado na bolsa de valores. Logo, suas informações estarão disponíveis no site da BOVESPA e na qual nos basearemos para dar um parecer acerca dos impactos que a lei SOX obteve no controle interno destas empresas.

A coleta de dados foi realizada em consulta via internet. A empresa pesquisada foi: a Companhia Paranaense de Energia – Copel.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

No que tange à parte teórica, trata-se de uma pesquisa exploratória onde serão utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, possibilitando o esclarecimento da pesquisa e a aplicação do tema, incorporando teoria e prática.

Os impactos da Lei Sarbanes-Oxley o controle interno das empresas será explicado através da metodologia aplicada, com base no referencial teórico estudado.

Através das abordagens das pesquisas bibliográficas e documental, foi validado que um melhor gerenciamento dos controles internos é fundamental para melhor entender, definir e avaliar a estrutura de uma organização.

Segundo Almeida (1996, p.50):

“Deve-se executar os seguintes passos na avaliação do controle interno: levantar o atual sistema de controle interno, verificar se o sistema levantado é o que realmente está sendo seguido na prática, avaliar a possibilidade do sistema revelar de imediato, erros e irregularidades e determinar tipos e volumes de procedimentos de auditoria com as devidas recomendações”.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2003, p.137),

[...] controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional.

Segundo o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados – AICPA (apud ATTIE 1992, p.197),

O controle interno compreende o plano de organização e conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Para o Institut Français des Experts Comptables (apud SÁ 1993, p.110),

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados financeiros pela Contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção.

Por meio da confiança nos controles internos é que se torna praticável a reunião de relatórios e demonstrações contábeis com informações adequados com a realidade da organização, para a tomada das melhores decisões e confiabilidade para o mercado financeiro global, traçando em torno dos aspectos administrativos de uma entidade, influenciando os aspectos contábeis.

7. CONTROLE INTERNO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL) SEGUNDO A LEI SARBANES-OXLEY

Oliveira e Linhares (2007) analisaram o processo de implementação de controle interno às exigências da SOX em uma Cia aberta brasileira do setor de energia elétrica. O estudo de caso revelou que a adequação a lei foi facilitada pela adoção das orientações da Cartilha de Governança Corporativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Código de Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o estudo ainda detectou que o fato da Cia já possuir certo grau de controle em suas operações, foi um facilitador para a adequação.

São aproximadamente 36 empresas brasileiras listadas na NYSE – Ney York Stock Exchange. Dentre as quais:

TABELA 5 – Empresas Brasileiras listadas na NYSE

Ambev	Sadia
Aracruz Celulose	TAM S/A
Banco Bradesco	Tele Centro Oeste
Banco Itaú Holding	Tele Leste Celular
Brasil Telecom	Tele Norte Celular
Braskem	Tele Norte Leste
CEMIG – Companhia Energética de MG	Tele Sudeste Celular
Companhia Siderúrgica Nacional -CSN	Telebrás HOLDRs
COPEL – Companhia Paranaense de Energia	Telemig Celular
CPFL Energia S/A	Telesp
Embraer	Telesp Celular
Embratel Participações	Tim Participações
Gerdau	Ultrapar
Gol Linhas Aéreas	Unibanco
Pão de Açúcar	Union Agriculture Group Corp
Perdigão	Vale do Rio Doce
Petrobrás	Vivo
Sabesp	Votorantim

Fonte: NYSE Group: Listed Company Directory

Ainda Segundo Silva (2006), as empresas brasileiras listadas na Bolsa Americana pagarão US\$ 120 milhões com serviços de auditoria e consultoria, contratação de funcionários. É possível que algumas empresas brasileiras deixem de emitir os ADRS, devido aos altos custos da Lei Sarbanes-Oxley.

As empresas do setor elétrico são: Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Union Agriculture Group Corp e a Companhia Paranaense de Energia-COPEL, sendo esta última o objeto de estudo. Para tanto as informações sobre a empresa foi encontrada no site da mesma e descritas abaixo.

Criada em 26 de outubro de 1954, com controle acionário do Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia – COPEL representa ser a maior empresa do Estado. Abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (BM&FBovespa) e em julho de 1997 tornou-se a primeira do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Sua marca também está presente, desde junho de 2002, na Comunidade Econômica Européia, com seu ingresso na Latibex – o braço latino americano da Bolsa de Valores de Madri. A partir do dia 7 de maio de 2008, as ações da Copel passaram a integrar oficialmente o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa. Dessa forma, a companhia do Nível 1 deve incluir o seguinte:

- Demonstrações financeiras consolidadas.
- Demonstrações dos fluxos de caixa da companhia e do consolidado.
- Abertura da posição acionária, por espécie e classe, de qualquer acionista que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.
- A quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal.
- Evolução da posição descrita acima em relação aos 12 meses anteriores.
- Quantidade de ações em circulação, por espécie e classe, e sua porcentagem em relação ao total das ações emitidas.

- Relatório de revisão especial emitido por auditor independente.

A Copel conta com uma equipe de 25 auditores internos que executam o planejamento, até a aprovação das auditorias.

Assim que se iniciaram as negociações das ações da Copel na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a empresa esteve sujeita a cumprir com obrigações legais contínuas no âmbito das Leis de Valores Mobiliários dos Estados Unidos. Essas obrigações incluem o arquivamento de um formulário (20-F) com resultados da Empresa e informações atualizadas sobre o seu desempenho. Trata-se de um relatório anual, com um formato padronizado pela *Securities and Exchange Commission* - SEC, ou seja, a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA.

Esse relatório é elaborado originalmente em Inglês e posteriormente é elaborada sua versão em Português para ser também arquivado na Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM. O prazo para arquivamento desse relatório – para empresas não sediadas nos Estados Unidos - expira quatro meses após o encerramento do exercício, ou seja, no final de abril de cada ano.

Portanto, todos os anos é criado, através de Circular, um grupo de trabalho constituído por empregados que atuam nas áreas da Companhia responsáveis pelas informações obrigatoriamente constantes desse formulário.

O Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores são obrigados, por força da Lei *Sarbanes-Oxley*, da SEC, promulgada em 2002, a certificar a veracidade das informações contidas no Relatório 20-F, bem como atestar os controles internos da Companhia para a formulação de suas Demonstrações Contábeis.

Para dar segurança aos Diretores que assinam as certificações foi criada uma matriz de responsabilidades, que abre o Formulário 20-F em seções e define a área responsável pelo preenchimento das informações solicitadas no Relatório. É também disponibilizado um link que permite às áreas editarem a matriz para incluírem a fonte das informações prestadas.

Ainda para atender o disposto na Lei *Sarbanes-Oxley*, a Companhia vem adotando outras medidas para obter maior segurança e confiabilidade em seus controles internos. Atualmente conta com apoio de consultoria externa da *PriceWaterhouseCoopers* (PWC) para auxiliar o corpo funcional a mapear e

certificar todos os controles internos da Copel. Desde 2006, esses controles são testados por empresa de auditoria externa contratada pela Companhia, a qual deverá emitir parecer sobre a confiabilidade de nossos sistemas e controles. Esse parecer também deverá ser incluído no teor do Relatório 20-F.

Em virtude da complexidade desse Relatório, a Copel contratou duas empresas de advocacia (*Cleary Gottlieb*, nos Estados Unidos e *Tauil & Chequer*, no Brasil) para orientar a elaboração desse trabalho. A empresa *KPMG - Auditores Independentes*, auditoria externa contratada da Copel é responsável pela auditoria do relatório.

O relatório 20-F de 2014 pode ser acessado no site da SEC (www.sec.gov) ou no site da Copel (www.copel.com/ri).

7.1 Governança Corporativa

Governança Corporativa é o sistema de gestão pelo qual uma empresa é dirigida e monitorada.

7.2 Elementos Centrais da Governança Corporativa da Companhia

Os elementos centrais da Governança Corporativa da Companhia são: Assembleia Geral de Acionistas; Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Auditoria Externa, Conselho Fiscal; Diretoria Executiva.

TABELA 06- Governança Corporativa da COPEL

Plano de Remuneração em Ações		
303A.08	Deve-se dar oportunidade aos acionistas de votar em todos planos de ações para funcionários e em todas suas revisões relevantes, com exceções limitadas determinadas nas regras da Bolsa de Valores.	Sob a lei das S.A, a pré-aprovação dos acionistas é requerida para adoção de qualquer plano de ações para funcionários e quaisquer revisões substanciais de tais planos.
Diretrizes de Governança Corporativa		
303A.09	Uma companhia listada deve adotar e divulgar diretrizes de governança corporativa que abordem certas matérias específicas mínimas.	A Copel não possui diretrizes formais de Governança Corporativa que abordem todos os tópicos especificados nas regras da Bolsa de Nova Iorque. Entretanto, a Copel adotou diretrizes de governança corporativa que seguem o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de

		Governança Corporativa – IBGC.
Código de Conduta e Ética para seus conselheiros, Diretores e Empregados.		
303A.10	Uma companhia listada deve adotar e divulgar seu código de conduta e ética para seus conselheiros, diretores e empregados e deve também apresentar prontamente qualquer abdicação do código para seus conselheiros ou diretores.	A Copel adotou um código de conduta que se aplica ao conselho de administração, ao conselho fiscal, à diretoria e aos empregados. A Copel publicará qualquer abdicação das exigências do código para conselheiros no seu relatório anual em formulário 20-F.
Exigências de Certificação		
303A.12	O presidente de uma empresa listada deve prontamente notificar a Bolsa de Nova Iorque, caso algum de seus diretores tome conhecimento de qualquer descumprimento relevante de qualquer um dos termos aplicáveis da Seção 303 ^a e certificar que ele não tem conhecimento de nenhuma violação pela empresa listada dos padrões de listagem e governança corporativa da Bolsa de Valores de Nova Iorque, qualificando a certificação conforme necessário. Cada empresa listada deve apresentar uma declaração por escrito provisória quando exigido pelo formulário de Declaração por escrito especificado pela Bolsa.	O presidente da Copel notificará prontamente a Bolsa de Nova Iorque, por escrito, caso algum de seus diretores tome conhecimento de qualquer descumprimento relevante de qualquer um dos termos aplicáveis das normas de governança corporativa da Bolsa de Valores de Nova Iorque. A Copel apresenta anualmente uma declaração por Escrito Anual à Bolsa de Valores de Nova Iorque e submeterá uma Declaração por Escrito provisória quando necessário.

Fonte: Copel

Em 2013, a Companhia foi reestruturada a fim de aumentar a eficiência da estrutura societária e redução dos custos operacionais. A Copel tem agora cinco subsidiárias integrais - Copel Geração e Transmissão, Copel Distribuição e Copel Telecomunicações, entidades anteriormente existentes e "Copel Participações" e "Copel Renováveis", que respectivos objetos sociais são (i) detenção e gestão de nossos investimentos de juros de capital próprio em sociedades de propósito específico (SPEs) que operam nos sectores da energia, gás, telecomunicações, saneamento e setores de serviços e (ii) para centralizar projetos de geração de energia renovável da empresa.

A organização atual do grupo 31 de dezembro de 2013 é como descrito por: Responsabilidade Financeira, Controles e Procedimentos de Divulgação e Relatório sobre Controle Interno sobre Relatórios Financeiros.

a) Controles e Procedimentos de Divulgação

Uma avaliação sob a supervisão foram efetuadas com a participação da administração, incluindo diretor presidente e diretor financeiro, da eficácia do projeto e operação dos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2013. Os controles de divulgação e os procedimentos são projetados para fornecer uma garantia razoável de que os controles e procedimentos irão cumprir os seus objetivos.

Com base na avaliação, o diretor presidente e diretor financeiro concluíram que os controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2013 foram eficientes em fornecer garantia razoável de que as informações a serem divulgadas nos relatórios que arquivamos e submetemos de acordo com o Securities Exchange Act de 1934, conforme emendas, são registradas, processadas, resumidas e relatadas dentro dos prazos especificados nas normas e formulários aplicáveis e que elas são acumuladas e comunicadas à administração, conforme apropriado, a fim de permitir decisões oportunas relativas à divulgação exigida.

b) Relatório Anual da Administração sobre Controle Interno sobre Relatórios Financeiros

A administração é responsável por estabelecer e manter controles internos sobre relatórios financeiros. Assim, os controles internos foram desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Todos os sistemas de controle interno não importam quão bem concebidos, têm limitações inerentes. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem não evitar ou detectar erros. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de cumprimento com as políticas ou procedimentos pode diminuir.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2013. Ao fazer esta avaliação, usou os critérios

estabelecidos no Controle Interno - Estrutura Integrada emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - COSO. Com base na sua avaliação e nesses critérios, a administração concluiu que nosso controle interno sobre os relatórios financeiros era eficaz em 31 de dezembro de 2013.

A KPMG Auditores Independentes, uma empresa de contabilidade pública registrada independente, emitiu um relatório de certificação sobre os controles internos dos relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2013.

c) Alterações em Controles Internos

A administração da Companhia identificou nenhuma mudança em seu controle interno sobre os relatórios financeiros durante o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2013, que tenham afetado ou que seja razoavelmente susceptível de afetar significativamente o seu controle interno sobre os relatórios financeiros.

Em novembro de 2003, a Copel adotou um código de ética que também se aplica ao Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Contabilidade. Em junho de 2008, foram atualizados os códigos de ética com base nas práticas de governança corporativa emitidas pela Global Reporting Initiative - GRI, Accountability 1000 - AA1000.

d) Relatório de auditoria independente - COPEL

Foram examinadas as demonstrações consolidadas da posição financeira da Companhia Paranaense de Energia - COPEL e suas subsidiárias (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio relacionados, e fluxos de caixa para cada um dos exercícios no período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 2013. Também foram examinadas os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no Controle Interno - Estrutura Integrada emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). A

administração da Companhia é responsável por essas demonstrações financeiras consolidadas, por manter controle interno eficaz sobre relatórios financeiros, e pela avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros, incluída no Relatório da Administração sobre os Controles internos sobre relatórios financeiros. A responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e uma opinião sobre os controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros com base na auditoria.

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas da Companhia Accounting Oversight Board Pública (Estados Unidos). Essas normas requerem que planejamentos e realização das auditorias afim de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais e que o controle interno eficaz sobre relatórios financeiros foi mantido em todos os aspectos relevantes. A auditoria das demonstrações financeiras consolidadas compreende ainda a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, a avaliação dos princípios contábeis utilizados e das estimativas significativas feitas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras. A auditoria dos controles internos sobre relatórios financeiros incluem obter um entendimento dos controles internos sobre relatórios financeiros, avaliando o risco de que uma fraqueza material existe e teste e avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos baseados na avaliação de risco. Os exames também incluíram a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Assim os exames fornecem uma base razoável para as opiniões.

Os controles internos da empresa sobre relatórios financeiros é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da empresa sobre relatórios financeiros incluem as políticas e procedimentos que:

(1) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, e precisão, refletem as transações e disposições dos ativos da companhia;

(2) fornecer uma garantia razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia;

(3) forneçam segurança razoável relativa à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

e) Controles e Procedimentos de Divulgação - 2014

Foram efetuadas uma avaliação sob a supervisão e com a participação da administração, incluindo o diretor presidente e diretor financeiro, da eficácia do projeto e operação de nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2014. Os controles de divulgação e os procedimentos são projetados para fornecer uma garantia razoável de que os controles e procedimentos irão cumprir os seus objetivos.

f) Relatório Anual da Administração sobre Controle Interno sobre Relatórios Financeiros

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014. Ao fazer esta avaliação, usou os critérios estabelecidos no Controle Interno - Estrutura Integrada (1992), emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - COSO. Com base na sua avaliação e nesses critérios, a administração concluiu que nosso controle interno sobre os relatórios financeiros era eficaz em 31 de dezembro de 2014.

KPMG Auditores Independentes, uma empresa de contabilidade pública registrada independente, emitiu um relatório de certificação sobre nossos controles internos sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014.

Estamos atualmente no processo de implementação da estrutura de controles internos adequados para avaliar a eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros para o período de um ano encerrado em 31 de dezembro de

2015 com base nos critérios estabelecidos no Controle Interno - Estrutura Integrada (2013) emitidos por COSO.

g) Mudanças nos controles internos

A administração da Companhia identificou nenhuma mudança em seu controle interno sobre os relatórios financeiros durante o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2014, que tenham afetado ou que seja razoavelmente susceptível de afetar significativamente o seu controle interno sobre os relatórios financeiros. Em 18 de abril de 2011, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") substituiu Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") como auditores independentes para os exercícios a partir de 1º de janeiro de 2011. A mudança de auditores foi feita ao abrigo de uma lei brasileira que limita os mandatos consecutivos que certos prestadores de serviços possam servir. Devido às limitações estabelecidas nesta lei, não procurou renovar o contrato da Deloitte quando expirou e Deloitte não tentou ficar à reeleição. A substituição da Deloitte pela KPMG foi aprovado pelo nosso Conselho de Administração e Comitê de Auditoria.

h) Análise dos Controles Internos

Foram examinados os controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014, com base nos critérios estabelecidos no Controle Interno - Quadro Integrado (1992) emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO). A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações financeiras consolidadas, por manter controle interno eficaz sobre relatórios financeiros, e pela avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros, incluída no Relatório da Administração sobre os Controles internos sobre relatórios financeiros. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e uma opinião sobre os controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros com base em nossa auditoria.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas da Companhia Accounting Oversight Board Pública (Estados Unidos). Essas normas requerem que planejem e realizar as auditorias de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais e de controle interno eficaz sobre relatórios financeiros foi mantido em todos os aspectos relevantes. Nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas compreende ainda a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras, a avaliação dos princípios contábeis utilizados e das estimativas significativas feitas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras. Nossa auditoria dos controles internos sobre relatórios financeiros incluem obter um entendimento dos controles internos sobre relatórios financeiros, avaliando o risco de que uma fraqueza material existe e teste e avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles internos baseados na avaliação de risco. Nossos exames também incluíram a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para as nossas opiniões.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e os resultados de suas operações e seus fluxos de caixa para cada um dos exercícios no período de três anos encerrado em 31 de dezembro de 2014, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Também em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controle interno eficaz sobre relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2014, com base nos critérios estabelecidos no Controle Interno - Quadro Integrado (1992) emitidas pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Treadway Comissão (COSO).

i) Relatório dos auditores independentes registrados no PCAOB(*)

Foram examinados o balanço patrimonial consolidada Companhia Paranaense de Energia – COPEL e subsidiárias (“Companhia”), em 31 de dezembro

de 2013 e 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada um dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2013. Também examinados os controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras (ICOFR) em 31 de dezembro de 2013, com base no critério estabelecido na Estrutura Integrada de Controles Internos (Internal Control - Integrated Framework) emitido pelo Comitê das Organizações Patrocinadas (COSO) da Comissão Treadway. A Administração da Companhia é responsável por essas demonstrações financeiras consolidadas, por manter controle interno efetivo sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras e pela avaliação da efetividade dos controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras, incluída no Relatório da Administração sobre os controles internos sobre os relatórios financeiros. A responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e uma opinião sobre os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras baseado em nossa auditoria. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas dos Estados Unidos da América (PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board). Estas normas requerem que uma auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm erros materiais e de que os controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras são efetivos em todos os aspectos materiais. Nossa auditoria das demonstrações financeiras compreende ainda a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nossa auditoria sobre os controles internos e sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras inclui obter um entendimento dos controles internos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras, avaliação do risco de existência de uma fraqueza material, e teste e avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos, baseado na avaliação de risco. Nossos exames também

incluíram a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias.

As demonstrações financeiras consolidadas referidas anteriormente representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e o resultado de suas operações e os fluxos de caixa para cada um dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Adicionalmente, em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, com base no critério estabelecido pela Estrutura Integrada de Controles Internos emitido pelo Comitê das Organizações Patrocinadas (COSO) da Comissão Treadway. Conforme mencionado na nota explicativa 3, a Companhia alterou o seu método de contabilização de benefícios a empregados e negócios em conjunto em 2013 decorrente da mudança de política contábil do IAS 19 – Benefícios a Empregados e do IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

j) Relativo a seção 302 da Lei Sarbanes-Oxley

O Diretor Presidente da Copel, Luiz Fernando Leone Vianna revisou o relatório anual em Formulário 20-F da Companhia Paranaense de Energia – (“Companhia”) e baseado em seus conhecimentos, tal relatório não contém qualquer afirmação inverídica de fato relevante ou deixa de mencionar fato relevante necessário para tornar as afirmações feitas, à luz das circunstâncias sob as quais essas afirmações foram feitas, não enganosas em relação ao período coberto por este relatório; além das demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas representarem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia para os períodos apresentados neste relatório;

O outro diretor certificador da Companhia juntamente com Leone Vianna foram responsáveis por estabelecer e manter controles e procedimentos de

revelação, controle interno de informações financeiras para a Companhia e:

(a) Estabeleceram tais controles e procedimentos de revelação, fizeram com que esses controles e procedimentos de revelação fossem estabelecidos sob nossa supervisão, para garantir que as informações relevantes relativas à Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, sejam trazidas a nosso conhecimento por outros naquelas entidades, em particular durante o período em que este relatório é preparado;

(b) Estabeleceram tal controle interno de informações financeiras, ou fizemos com que esse controle interno de informações financeiras fosse estabelecido sob supervisão para fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação de demonstrações contábeis para fins externos de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;

(c) Avaliação da eficácia dos controles e procedimentos de revelação da Companhia e apresentação neste relatório das conclusões quanto à eficácia dos controles e procedimentos de revelação, no fim do período coberto por este relatório com base em nossa avaliação;

(d) Revelação no relatório de todas as mudanças no controle interno de informações financeiras da Companhia que ocorreram durante o período coberto pelo relatório anual e que afetaram relevantemente, ou que poderiam razoavelmente afetar relevantemente, o controle interno de informações financeiras da Companhia;

Com base na mais recente avaliação do controle interno de informações financeiras, aos auditores da Companhia e ao comitê de auditoria do conselho de administração da Companhia (ou às pessoas que exercem as funções equivalentes):

(a) Todas as deficiências significativas e limitações relevantes na concepção ou operação do controle interno de informações financeiras que poderiam razoavelmente afetar adversamente a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir e divulgar informações financeiras; e

(b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros empregados que tenham papel significativo no controle interno de informações financeiras da Companhia.

Tabela 7 - Balanço Patrimonial Consolidado - COPEL

ATIVO	NE nº	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	740.131	1.741.632
Títulos e valores mobiliários	5	459.115	389.222
Cauções e depósitos vinculados	6	13.497	1.976
Clientes	7	2.178.816	1.337.628
Dividendos a receber	16.1	26.332	9.500
Repasse CRC ao Governo do Estado do PR	8	94.579	85.448
Ativos financeiros líquidos setoriais	9	609.298	-
Contas a receber vinculadas à concessão	10	7.430	4.396
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	11	301.046	352.161
Outros créditos	12	415.818	395.890
Estoques	13	150.622	139.278
Imposto de renda e contribuição social	14.1	105.074	133.158
Outros tributos a recuperar	14.3	96.285	70.013
Despesas Antecipadas	-	20.133	19.982
		5.218.176	4.680.284
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	132.210	120.536
Cauções e depósitos vinculados	6	56.956	45.371
Clientes	7	75.696	132.686
Repasse CRC ao Governo do Estado do PR	8	1.249.529	1.295.106
Depósitos judiciais	15	736.253	675.225
Ativos financeiros setoriais líquidos	9	431.846	-
Contas a receber vinculadas à concessão	10	4.417.987	3.484.268
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	11	160.217	365.645
Outros créditos	12	85.324	29.435
Imposto de renda e contribuição social	14.1	128.615	197.659
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	14.2	526.046	753.413
Outros tributos a recuperar	14.3	123.481	124.498
Despesas antecipadas	-	175	399
Partes relacionadas	16.1	137.137	-
		8.261.472	7.224.241
Investimentos	17	1660.150	1.187.927
Imobilizado	18	8.304.188	7.893.632
Intangível	19	2.174.156	2.035.361
		20.399.966	18.431.161

TOTAL DO ATIVO		25.618.142	23.111.445
-----------------------	--	-------------------	-------------------

Notas Explicativas – NE da Copel

Tabela 8 - Balanço Patrimonial Consolidado - COPEL

PASSIVO	NE n°	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE			
Obrigações sociais trabalhistas	20	252.618	239.685
Fornecedores	21	1.587.205	1.092.239
Imposto de Renda e contribuição social	14.1	309.881	297.620
Outras Obrigações fiscais	14.3	137.329	300.731
Empréstimos e financiamentos	22	867.626	957.106
Debêntures	23	431.491	57.462
Dividendos a pagar	-	19.691	18.713
Benefícios pós-emprego	24	37.404	29.983
Encargos do consumidor a recolher	25	23.233	37.994
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	175.972	127.860
Contas a pagar vinculadas à concessão – uso do bem público	27	54.955	51.481
Outras contas a pagar	28	157.988	137.011
		4.055.393	3.347.885
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	21	17.625	50.121
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	15.218	420.501
Outras obrigações fiscais	14.3	87.129	68.402
Empréstimos e financiamentos	22	2.601.324	2.366.678
Debêntures	23	2.153.957	1.150.483
Benefícios pós-emprego	24	861.214	937.249
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	159.792	154.721
Contas a pagar vinculadas à concessão – uso do bem público	27	436.772	420.293
Outras contas a pagar	28	306	233
Provisões para litígios	29	1.546.632	1.266.127
		7.879.969	6.834.808
PATRIMONIO LIQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora	30.1		

Capital Social		6.910.000	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial		974.964	983.159
Reserva Legal		685.147	624.849
Reserva de retenção de lucros		4.516.825	3.897.833
Dividendo adicional proposto		241.753	235.498
		13.330.689	12.651.339
Atribuível aos acionistas não controladores	30.2	352.091	277.413
		13.682.780	12.928.752
TOTAL DO PASSIVO		25.618.142	23.111.445

Notas Explicativas – NE da Copel

Tabela 8 - Demonstração do Resultado Consolidado

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE n°	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	13.918.517	9.180.214	8.493.252
Custos operacionais	32	(11.165.077)	(7.037.998)	(6.540.636)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.753.440	2.142.216	1.952.616
Outras receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	32	(120.987)	(95.615)	(65.659)
Despesas gerais administrativas	32	(552.116)	(530.104)	(541.913)
Outras receitas (despesas) líquidas	32	(530.378)	(403.910)	(352.551)
Resultado da equivalência patrimonial	17.2	159.955	113.606	6.685
		(1.043.526)	(916.023)	(953.438)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.709.914	1.226.193	999.178
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras	33	694.523	652.363	648.321
Despesas Financeiras	33	(546.806)	(372.052)	(674.971)
		147.717	280.311	(26.650)
LUCRO OPERACIONAL		1.857.631	1.506.504	972.528
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.4			
Imposto de renda e	14	(747.869)	(554.520)	(458.257)

contribuição				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.4	225.853	149.451	212.249
		(522.016)	(405.069)	(246.008)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.335.615	1.101.435	726.520
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		1.205.950	1.072.560	700.688
Atribuído aos acionistas não controladores	30.2	129.665	28.875	25.832
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUIDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA- em reais				
Ações Ordinárias	30.1	420.899	3,74278	2,44350
Ações preferenciais classe "A"	30.1	462.953	4,49001	4,17424
Ações preferenciais classe "B"	30.1	462.989	4,11741	2,68795

Fonte: Notas Explicativas – NE da Copel

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei norte-americana Sarbanes – Oxley (SOX) envolve empresas estrangeiras, inclusive as brasileiras registradas na Securities and Exchange Commission (SEC), que possuem ações negociadas nas bolsas de valores dos EUA.

As empresas que se adequaram aos regimentos da SOX tiveram impactos na área da auditoria interna, devido ao cuidado mais exímio dos sistemas envolvendo o controle interno; a clareza das demonstrações financeiras e a responsabilidade dos altos executivos e gestores em relação aos números informados nas demonstrações. As empresas/companhias que não se adequaram a SOX tiveram como penalidade 20 anos de prisão e multas estabelecidas em até cinco milhões de dólares.

Considerando a questão de pesquisa: “quais as mudanças ocorridas na empresa COPEL, com a implantação do controle interno baseados na SOX?” conclui-se que ocorreram gastos relevantes no processo de adequação à lei e que os procedimentos de auditoria tornaram-se mais rigorosas. Dessa forma, também ocorreu mudança no perfil do auditor, pois ele tinha uma visão operacional e precisou passar a ter conhecimento do todo da empresa.

A SOX auxiliou a implantação de práticas na governança corporativa, estabeleceu maior transparência na divulgação das informações econômico-financeiras e maior rigidez no controle interno, fortalecendo a estrutura da empresa. A análise foi realizada através das consultas ao formulário 20-F da Companhia Paranaense de Energia. Para tanto foi realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa. Os papéis de trabalho utilizados para o controle interno basearam-se no balanço contábil/fiscal da empresa nos anos de 2013 e 2014, na qual tem demonstrado um controle satisfatório e onde as informações contábeis são facilmente acessadas.

O intuito do estudo foi mostrar que a empresa brasileira COPEL está em um processo de reeducação, assim como outras companhias emissoras de ADRS, afim de coibir manipulação das informações, escândalos ou qualquer artifício que prejudique a imagem do mercado.

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.C. 1996. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 5º ed., São Paulo, Atlas, 592 p.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATTIE, William. Auditoria interna. 2 ed. São Paulo: Altas, 2007.

BARROS, Joaquim dos Santos. **Auditoria interna no contexto da governança corporativa**, 2007. Dissertação. (Mestrado Profissional em Controladoria). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - Universidade Federal do Ceará.

BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **Sox: entendendo a Lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Consultoria Delloite Touche Tohmatsu. **Lei Sarbanes Oxley**: Publicação do "Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos". Disponível em: <<http://www.deloitte.com>>. Acesso em: 17/11/2014

COSTA, A.A. **O Efeito da Lei Sarbanes Oxley nas Empresas Brasileiras**, 2003. 60p. Monografia (Graduação)- Universidade de São Paulo.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEI SARBANES-OXLEY. Disponível em: <http://www.fraudes.org.br>. Acesso em: 20/11/2014.

LÉLIS, Débora Lage Martins; MARIO, Poueri do Carmo. **Auditoria Interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno: Análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético, Minas Gerais, 2004**. Disponível em: < http://www.recall-ledger.com.br/arq_download/A%20Lei%20Sarbanes%20Oxley%20e%20a%20Credibilidade%20do%20Mercado.pdf>. Acesso em: 20/11/2014.

LOUREIRO, Diogo Pavan Brito. **A importância dos controles internos nas Organizações**, 2010, 20p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Atuariais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MANDRO, Maria Paula. **As implicações da Lei Sarbanes – Oxley nas práticas de governança corporativa das companhias brasileiras de capital aberto**, 2009, 78p. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências

Econômicas – Universidade Estadual de Campinas.

PETERS, Marcos. **Implementando e gerenciando a Lei Sarbanes-Oxley: governança corporativa agregando valor aos negócios**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. (2006). **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill.

SANTOS, Luciana de Almeida Araújo; Lemes, Sirlei. **A Lei Sarbanes – Oxley: uma tentativa de recuperar a credibilidade do mercado de capitais norte-americano**, Minas Gerais, 2004, 12 p. Faculdade de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.recall-ledger.com.br/arq_download/A%20Lei%20Sarbanes%20Oxley%20e%20a%20Credibilidade%20do%20Mercado.pdf>. Acesso em: 10/01/2015.

SILVA, Karina Lima, et al. **A implementação dos controles internos e do Comitê de Auditoria segundo a Lei SOX: O Caso Petrobrás**, Minas Gerais, n.63, jun.2009. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/650>>. Acesso em: 10/01/15.

SILVA, Valter da. **Um Estudo sobre a Percepção dos profissionais das áreas de Contabilidade e Controladoria sobre a Lei Sarbanes - Oxley comparada com a legislação Brasileira**. 157 p. Dissertação (Mestrado) em Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=187185>. Acesso em: 17/03/2015.

TREVISAN. **Audidores e Consultores. Auditoria: suas áreas de atuação**. São Paulo; Ed. Atlas; 1996.